ATA SINTÉTICA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DOS ESTUDOS DE IMPACTOS AMBIENTAIS – EIA, DA PCH ÁGUA LIMPA NO RIO GOIOERÊ – PR, REALIZADA NO SALÃO PAROQUIAL SANTO ANTÔNIO EM MARILUZ – PR.

Às dezenove horas e quarenta minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e doze, no Salão Paroquial Santo Antônio, na Praça Santo Antônio, no Município de Mariluz, deu-se início à Audiência Pública para apresentação do EIA – Estudo de Impacto Ambiental do Projeto da PCH Água Limpa, no Rio Goioerê, nos Municípios de Alto Piquiri, Perobal e Mariluz – PR. Cita-se a presença das seguintes autoridades: *Dr. Robertson Fonseca Azevedo* – Representantes do Ministério Público de Maringá, Sr. *João Carlos do Prado* – Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de Mariluz; *Professores e Alunos do* Colégio Estadual José. A. Almeida*; Sr. José Hess* – FAEP (Federação de Agricultura do Estado do Paraná; Sindicatos Rurais, Ong – ADEMA; Rotary Clube, Loja Maçônica, Estudantes do Instituto Federal do Paraná, MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem) e MST, além da sociedade civil em geral e proprietários atingidos**. PRIMEIRA PARTE Sr. Ademar Cabeças Filho – Membro da equipe técnica do Grupo Especial de Licenciamento Ambiental – GELA – IAP** Faz a abertura lendo a Portaria, Edital de Convocação e Regulamento das Audiências Públicas, na sequência chama as autoridades presentes para compor a mesa de abertura: **Vereador João Carlos do Prado – Representante da Prefeitura de Mariluz; Dr. Robertson Fonseca – Representante do Ministério Público Estadual; Sr. Sergio Abu Jamra Misael – Representante do empreendedor; Sr. Pedro Luiz Fuentes Dias – Representante da empresa consultora responsável pelo EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental)**. Passa a palavra para o **Vereador João Carlos do Prado** – Inicia cumprimentando a todos os presentes, citando o nome do Presidente da Câmara de Vereadores o qual, está sendo representado por ele, Sr. Joel Magalhães. Fala sobre a função da Audiência. Pede a participação dos presentes e cita o Projeto de Lei Municipal que defende o Meio Ambiente**. Dr. Robertson Fonseca – Ministério Público de Maringá** – Apresenta-se como Promotor de Justiça, diz ter conversado com a Promotora de Cruzeiro do Oeste, que é a Comarca que abrange o Município de Mariluz, pede que se sigam os trâmites normais de uma Audiência, e pede que lhe seja dada a palavra logo após as apresentações. **Sr. Sergio Abu Jamra Misael – Representante do empreendedor** – Cumprimenta os presentes e diz ser uma satisfação estar novamente em Mariluz para prestar todos os esclarecimentos relativos ao projeto da PCH Água Limpa, nesta fase de licenciamento ambiental prévio, fala ainda sobre a conquista das Audiências Públicas, citando a participação do povo nesta discussão, fato que não ocorria na fase do regime militar e elogiando a juventude presente. **Sr. Ademar** dá sequência aos trabalhos, pede a atenção de todos para a apresentação que virá a seguir, com atenção aos alunos e professores presentes, explica que no momento das perguntas dará prioridade aos proprietários atingidos e as perguntas deverão ser voltadas exclusivamente ao estudo ora apresentado. **Engenheiro Civil Sr. Sérgio Misael – Representante da Empresa Multifase Centrais de Energia Ltda. e Coordenador do Projeto PCH Água Limpa** Inicia sua apresentação mostrando slide da Empresa de Planejamento Energético do Governo Federal, o qual mostra as variadas fontes de energia, dizendo que todas as fontes de energia precisam de transmissão. Fala do Plano Nacional de Energia, o qual diz trabalhar com horizontes de 10 anos, sendo que já está disponível o plano decenal de energia 2011-2021, no qual serão feitos ajustes em função da demanda de energia do País. Explica que o Plano 2005 e 2015 já previu uma necessidade de 3.000 mw médio/ano, isto é o

valor equivalente a todas as usinas do rio Iguaçu funcionando todo ano. Expõe fato do aumento de residências, indústrias etc, e por isto o aumento da demanda de energia no Brasil a cada ano. Diz que o Brasil tem a felicidade de ter todas as fontes de energia, sendo elas: Petróleo, cana de açucar, a hidráulica – sendo esta a nossa maior riqueza, o urânio, gás natural, carvão e a biomassa. Sobre as PCHs diz que já existem instalados 3.800 mw, sendo estas fontes de energia renovável e muito importantes no Brasil. Cita também as eólicas e seus cata ventos. Mostra foto de usina que vai completar 100 anos em 2013, localizada na bacia do rio Tietê, explicando que a PCH Água Limpa terá em média uma vida útil entre 50 a 100 anos, sendo que, ao longo do tempo poderá ser feita sua manutenção, atualizando-se principalmente o equipamento eletro mecânico e de controle. Explica que a referida usina já serviu há várias gerações e está integrada ao meio ambiente. Apresenta mapa do Paraná, com o intuito de mostrar os projetos de PCH no estado, os quais estão marcados em vermelho. Comenta as parcerias que podem ser feitas das PCHs com o governo estadual, como exemplo, as estradas de rodagem, e ainda convênios com prefeituras, pois estes poderiam levar desenvolvimento aos municípios. Também faz comentários que, por decisões políticas, o estado já está a oito anos sem construir PCHs. E que nos últimos dez anos o Paraná se tornou um importador de energia. Comenta estudo que diz que a média de televisores no Brasil é de 1,7 televisores por família, fala também sobre o aumento dos aparelhos eletrodomésticos a cada ano, fato que eleva a necessidade de aumento de produção de energia em 4,5% ao ano. Mostra dados da Empresa de Planejamento Energético de 2007 – 2011, que dizem que o aumento de energia no Paraná nesse período foi de 4,7%, o qual está condizente com a projeção 2011- 2021 – E destes, no Paraná, 4,9% foram nas residências, na indústria o aumento foi de 3,8%, no comércio o aumento foi de 7,5%, na área rural, pelo Programa Luz para Todos com 5,2% e ainda o serviço público, complementando que a COPEL não consegue atender esta demanda. Explica que este estudo não contempla a usina de Itaipu, por ser esta uma usina Binacional. Comenta que é importante a PCH, pois ela aproveita a energia da água, sendo a água a base do sistema elétrico brasileiro, e compara com a base do sistema da China, o qual é termoelétrico, no qual é queimado muito óleo e muito carvão. Desta forma o Brasil tem a privilégio de ter a água como a base de energia no país, citando que a energia do vento é intermitente, por isto a importância da energia hidráulica, já que vento não se estoca. Fala que, tanto a energia eólica quanto a solar são complementares à energia hidráulica. Apresenta três mapas do Brasil que mostram as regiõs onde tem mais ventos, portanto onde são viáveis os parques eólicos, assim como identifica onde existe maior incidência de sol, e ainda onde se localizam as PCHs – destas, identifica as que estão em projetos e as que estão em operação. Explica que na região de Palmas já há 10 anos, a COPEL em parceria com uma empresa multinacional explora o potencial eólico daquela região. Apresenta-se como coordenador de projeto da Multifase, empresa paranaense, de um grupo de Curitiba, que mantem negócios no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Explica que, a partir de vinte e cinco de março de dois mil e oito com a outorga da ANEEL o grupo passou a ter a concessão do uso racional das águas do trecho em questão do rio Goioerê. Diz que estão na fase do Licenciamento Ambiental e mostra na sequência, desenhos referentes ao projeto da PCH Água Limpa, primeiramente comenta as empresas experientes, as quais a Multifase contratou para os estudos, bem como para o projeto e ainda para o levantamento fundiário. Sobre o Projeto Básico de engenharia diz que está concluído, e que a empresa continua fazendo medições na região relacionadas à vazão do Rio Goioerê, para acompanhar a sazonalidade do nível d'água,

bem como ao detalhamento do estudo fundiário, realizado pela empresa ETS, representada nesta audiência pelo Sr. Ênio Loesch, que é mantido o contato direto com o INCRA para estudar parceria e tratar dos assuntos do Assentamento Nossa Senhora Aparecida, explicando que, embora o INCRA tenha ficado em greve por alguns meses, as reuniões ocorreram, assim como reuniões no Assentamento, comentou sobre os contatos com dois líderes do Assentamento, Sr. Ângelo Quintanilha do MST e Sr. Arno Costa. Comenta sobre as fases do licenciamento e da entrega do EIA/RIMA em novembro de 2011 e ainda sobre as anuências recebidas das prefeituras, e ainda que, a Multifase renovou a autorização de acesso ao sistema da COPEL, pois a energia gerada pela PCH Água Limpa entrará na linha de transmissão da COPEL, entre Umuarama e Assis Chateaubriand. Lembrando que esta entrará tanto no sistema paranaense quanto no brasileiro devido o Sistema Interligado Nacional. Registra que em abril foram realizadas reuniões técnicas e na oportunidade entregaram o EIA-RIMA às prefeituras de Mariluz, Alto Piquiri e Perobal explicando que, além das prefeituras e site do IAP, o EIA/RIMA também é encontrado no site da Multifase. Expõe desenho em 3D, no qual identifica leito do rio e o Salto Paiquerê (observa que será preservada a condição natural do Salto), vertedouro de concreto, barragem de terra, canal de desvio da água, conduto forçado e casa de força, sendo que a barragem de terra da margem esquerda e parte do vertedouro ficarão no Município de Mariluz, e Perobal fica a uma distância mais à montante. Enfatiza que o vertedouro será sem comportas, de lâmina livre e vê como importante frisar que a vazão ecológica (de 7,5 m^3/s) será mantida, mesmo em época de seca. Mostra foto aérea, pela qual identifica a região da usina onde seria o lago, a reserva legal do Assentamento, parte dos lotes do Assentamento, e ainda margeando o rio, mostra os lotes os quais seriam atingidos caso a Multifase receba a licença. Explica que, dos 458 ha do reservatório, 100 ha correspondem à calha do rio, sendo 358 ha referentes à área que será efetivamente inundada. Sobre a Área de Preservação Permanente comenta que esta ainda precisa ser definida pelo órgão ambiental IAP dizendo que ela pode ser definida entre 30 e 100 metros. Mostra fotos da usina de Itaipu para exemplificar Áreas de Preservação Permanente entre outros. Apresenta dado da ANEEL quanto à quantidade de hidrelétricas existentes atualmente no Paraná: o Paraná tem cerca de 200 mil km^2 de superfície de terra e as áreas alagadas pelas hidrelétricas já construídas é de 2.600 km^2 o que corresponde a apenas 1,3% da superfície total do Estado do Paraná. Mostra foto do Salto Paiquerê dizendo que os reservatórios são benéficos tanto na cheia quanto na seca, nesta é um estoque de água doce, e no período de muita chuva o reservatório ajuda a atenuar a cheia. Mostra desenho do projeto de engenharia, no qual apresenta a barragem como segura, capaz de suportar a pressão da água, a qual tem em torno de 15 metros de altura, aproveitando-se o desnível da cachoeira do Salto Paiquerê que tem também medida entre 15 e 17 metros de altura, com isto será aproveitada uma queda de aproximadamente 31 metros. Na sequência explica o projeto, o conduto forçado por onde passará a água entre outros, e ainda enfatizando que todo equipamento e produto usado na usina será de tecnologia nacional. Mostra fotos da usina Pedrinho, a qual em seu projeto preservou a cachoeira do trecho da PCH Pedrinho e dá outros exemplos e encerra mostrando uma simulação do cronograma caso o projeto seja licenciado, e correndo tudo bem, com a Multifase cumprindo todas as determinações legais, a obra poderia ser concluída em vinte e quatro meses. Agradece a todos e coloca-se à disposição de todos para esclarecimentos de dúvidas. **Engenheiro Sr. Pedro Dias – Cia Ambiental – Coordenador do Estudo de Impacto Ambiental –** Inicia explicando os objetivos dos estudos ambientais, em que fase se encontram

e quais as fases do licenciamento. Diz que o EIA/RIMA, sendo ou não aprovada a Licencia Prévia, já é um material bastante significativo para a região, pois apresenta um diagnóstico da região. A partir desta apresentação Sr. Pedro apresenta seus estudos como realizado nas Audiências Públicas em dias anteriores, em Alto Piquiri e em Perobal. Assim, passa vídeo institucional do Governo Federal sobre energia hidrelétrica e segue sua apresentação conforme descrita na Ata da Audiência Pública de Alto Piquiri – anexa a esta. **Sr. Ademar Cabeças – IAP – Abre o tempo de 10 minutos para as inscrições para perguntas.**

SEGUNDA PARTE – 21h30min – Sr. Ademar retoma os trabalhos recompondo a mesa com equipe técnica, empreendedor e Ministério Público. Diz que o tempo de perguntas e resposta será determinado pelo número de inscrições. Pedindo que no início da fala o orador decline seu nome, para ficar registrado em Ata, e no caso de pergunta feita por escrito, indica que esta será lida pelo coordenador da mesa após a rodada de inscrição. Todos os inscritos terão direito a pergunta e a réplica. Os componentes da mesa e consultores terão direito a resposta e a tréplica. Caso as perguntas não sejam totalmente esclarecidas, o inscrito terá direito a nova pergunta. O coordenador da mesa poderá impugnar perguntas mal formuladas e solicitar novos esclarecimentos para respostas não satisfatórias. Os assuntos ou questionamentos não esclarecidos durante a realização da Audiência Pública serão encaminhados pela coordenação da mesa a quem de direito, solicitando que os esclarecimentos necessários sejam enviados diretamente ao interessado com cópia ao Instituto Ambiental do Paraná, para juntar ao procedimento administrativo de licenciamento em questão. Será aberto um prazo de cinco dias úteis, contado da data da realização da mesma para que, somente os interessados que estiveram presentes nesta audiência pública, comprovado pela assinatura na lista de presença, e que não tiverem as suas dúvidas dirimidas, possam reformular os seus questionamentos por escrito e protocolar no IAP sede ou se preferir no escritório regional onde o local do empreendimento está sendo objeto de análise. Ao diretor presidente do IAP e ao seu representante legal reserva-se o direito de não emitir opinião, uma vez que lhe cabe a responsabilidade de decisão acerca do licenciamento do projeto em questão. **Dr. Robertson Fonseca Azevedo – Ministério Público de Maringá –** Inicia sua fala sobre as formas de vida, indagando se tudo vai continuar como está? Diz que falará pelo entendimento do Ministério Público no Estado do Paraná no que se refere à construção de Usinas Hidrelétricas, bem como sobre o entendimento do Ministério Público sobre o projeto apresentado. A primeira informação é a de que o Paraná exporta energia elétrica, isto considerando a usina hidrelétrica de Itaipu que é responsável por ¼ de toda eletricidade do Brasil. Considerando toda cascata de reservatórios no Rio Paranapanema e no Rio Ivaí, por conta de toda cadeia de reservatório do Rio Iguaçu, e por conta de todos os reservatório que circulam Curitiba, e ainda por conta do reservatório que está sendo enchido no momento – o de Mauá no rio Tibagi. Afirma que o Paraná é superavitário em energia e que o imposto gerado fica no lugar do consumo, dizendo que o Paraná recebe imposto de consumo de energia de 5% (cinco por cento) do que produz. Faz reflexão sobre a idade do Rio Goioerê, pergunta se alguém sabe a idade deste, cita trabalho do Professor da UEM em relação a estudos no Rio Paraná, dizendo que o Goioerê tem idade próxima a este, o qual diz existir desde o tempo em que África e América do Sul estavam juntas e questiona o pouco tempo que tem para discutir sobre uma modificação em um ambiente que existe por milhões de ano. Questiona o fato de se parar o curso livre do rio e fala sobre boa parte do que é inundado deixar de ser produção agrícola para virar fundo de

reservatório. Faz reflexão sobre transformar 100 ha de área produtiva em lago de reservatório, água parada, indicando que não é somente a produção de soja, trigo, milho, gado que deixa de existir, mas deve ser considerada também a quantidade de defensivos agrícolas e fertilizantes circulando a menos no mercado, além de hora trator e mão de obra a menos, devido à menor quantidade de área para plantio. Isto causa um impacto econômico municipal, especialmente porque, além do fundo de participação do município, por conta da produção agrícola, ainda há arrecadação vinda pela terra, seja pela soja, cana ou até mesmo pelo eucalipto, mas há arrecadação e sempre dá para aprimorar os meios de arrecadação do município. Enfatiza a perda que Mariluz irá ter com o empreendimento (considerando que as PCHs não geram recursos para o município) e comenta que apesar do município que tem a casa de força, ganhar o ISS, este é por muito pouco tempo, não sendo compensatório. Reforça que é função do Ministério Público ir até as Audiências para defender os municípios e esclarecer à população que: o Paraná exporta energia; o Paraná não recebe por esta energia produzida, e na produção desta energia o setor agrícola dos municípios afetados é deprimido. Comenta que o rio, como água que corre, detém alguns seres vivos adaptados à forma corrente, a partir da mudança de ambiente para água parada, muitos destes seres vivos morrem e ainda em água parada residem muitos seres vivos vetores de doenças, os quais desencadeiam também um prejuízo de ordem econômica para o município, sendo que este prejuízo é custeado pelo SUS. Cita livro disponível no NUPÉLIA – Núcleo de Pesquisas em Limnologia Ictiologia e Aquicultura da UEM, o qual fala sobre doenças e barragens, no qual relata que o Paraná tinha controle da malária até a construção da barragem de Itaipu. Complementa citando doenças causadas por vetores como a dengue, a leishmaniose e a esquistossomose. Dr. Robertson diz preocupar-se com a população que mora ao lado das barragens. Indaga para quem vai o lucro e para quem vai o prejuízo, pedindo que se pese esta relação, dizendo que esta conta já foi realizada no Estado do Paraná ao longo da Bacia do Rio Iguaçu, ao longo da Bacia do Rio Paranapanema, em Itaipu. Comenta que o mastro do MST foi o desalojamento das pessoas por conta da Usina Itaipu. Em nome do Ministério Público fala que não é do interesse do Estado, das pessoas, do ambiente, da economia, e pela experiência acumulada, que este tipo de projeto seja aprovado pelo Instituto Ambiental do Paraná. Comenta fatos do IAP sobre licenciamentos que o Ministério Público não toma conhecimento, citando Pitanga. Em relação a este projeto específico, ele foi analisado pelo Centro Operacional das Promotorias de Proteção de Meio Ambiente em Curitiba, que leu o EIA/RIMA e fez comparativos com os parâmetros legais que regem a matéria (as resoluções Conama), pelos quais exige uma série de complementações, pois os estudos não atenderam todos os requisitos técnicos exigidos. Solicita que as complementações encaminhadas ao IAP sejam publicizadas e transmitidas através de novas Audiências Públicas. Reitera que, o Ministério Público entende, com base no Art. 1 da Política Nacional de Recursos Hídricos e Art. 23 da Política Agrícola, que trata da produção agrícola, que a Bacia Hidrográfica deve ser considerada com um todo. Questiona a concessão dos demais pontos de aproveitamento de potencial hidrelétrico no Goioerê citados no EIA, afirmando que não quer estudo pontual e sim da Bacia Hidrográfica. Diz que se esta solicitação não ocorrer por medida administrativa, que é o que o Ministério espera, será então por ação judicial. Comenta que veio da Universidade Estadual de Maringá do Campus de Ciências, na cidade Goioerê, um requerimento pedindo estudos sobre a mastofauna e atenção aos morcegos. Diz não ser este empreendimento de interesse coletivo e pede a atenção do IAP quanto a este fato. Faz críticas às falas dos empreendedores, “empreender”, “desenvolver”,

"melhorar", "incrementar", "crescer", considerando que se for de forma a preservar os rios e o modo de vida das pessoas, o Ministério está disponível para discutir o assunto, do contrário, não só ele, como vários promotores e professores, inlcusive de manifesto sob Lei Municipal que, igualmente a ele, se colocam contra esta forma de empreendimento apresentada. **Sr. José Hess – Engenheiro Florestal da Federação de Agricultura do Paraná – FAEP, representante dos proprietários atingidos –** Se diz em defesa da classe produtora, não só nesse empreendimento como em todos os outros dentro do Estado do Paraná. Informa que o boletim da FAEP, o qual traz informações sobre as PCHs que estão acompanhando, citando a UHE de Apertados, está à disposição no Sindicato Rural com o Sr. Mar Sakashita. Reforça sua posição quanto às suas falas nas Audiências Públicas anteriores, põe-se a favor do produtor rural, dizendo que em Mariluz só um produtor terá 15 alqueires de sua propriedade afetada, pelo qual deixará de produzir 8.350 sacos de grãos/ano. Outra questão que expõe é que, do produtor é exigido a APP e averbação de Reserva Legal, sendo que quase todos já estão com a legislação cumprida e inclusive com custos de topógrafo, questiona que o proprietário terá ainda que repor estas áreas, diante do fato, declara seu desejo em relação aos proprietários que seja determinada uma APP de 30 metros. Faz esta reivindicação afirmando que anteriormente já cumpriram sua parte. Solicita que ao se realizar a indenização aos produtores agrícolas, estas sejam feitas, não pela servidão e sim pela aquisição de novas terras. Considera que, já que o Município não pode ter uma lei tributária, e saindo a construção da usina, que haja então uma compensação da empresa para o município com uma série de ações que possam contribuir com a educação, saúde, preservação, entre outros. **Sr. Sérgio Misael – Multifase –** Diz que fica registado as solicitações do Sr. José Hess e que na hora das negociações será levada em conta sua solicitação. Quanto à questão da APP, não caberá a eles (Multifase) a decisão, e sim ao IAP. **Sr. Robson S. Formica, da Coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB – Francisco Beltrão –** Afirma que do ponto de vista do MAB a construção de hidrelétricas no Brasil, e por consequência no Estado Paraná, é um elemento que contribui à contra reforma agrária, baseado nos próprios números e dados que foram apresentados inclusive nesta audiência. Se no Paraná 2.600 Km² foram inundados por reservatórios, isso significa que 260 mil ha de terras estão submersas. Relata dados do MST sobre o Estado do Paraná ter 6.500 famílias acampadas. Isto significa que, cada uma destas famílias poderia receber 40 ha desta terra inundada e, sendo assim, o problema atual da Reforma Agrária no Paraná estaria resolvido. Ainda poderiam dar passos além, refletindo que, se as áreas ou lotes fossem de 20 ha, poderiam assentar 13 mil famílias de trabalhadores rurais no Paraná. Complementa relatando que o MST no Paraná, nos últimos 30 anos, assentou 26 mil famílias, e desta, metade sofreu revés por conta de áreas inundadas. Pede a todos que verifiquem os dados disponíveis no Operador Nacional do Sistema, (faz comentário sobre a dificuldade de acessar pela internet alguns sites de órgãos estatais) o qual fornece dados suficientes para se concluir que não há necessidade da construção de mais usinas hidrelétricas no Brasil. Através dos dados citados é possível relacionar quanto se tem de energia estocada e a demanda por energia. Indica que o conjunto de usinas que estão sendo construídas e concluídas darão conta de toda projeção necessária para a demanda de energia no Brasil. Coloca que inclusive no próprio estudo da EPE – Empresa de Pesquisa Energética é apontado um cenário de necessidade de consumo ou de incremento de produção de energia num cenário de crescimento econômico de 4,5% ao ano em média, sendo que a previsão é de que neste ano o consumo aumente em torno de 1,5% apenas, como foi nos anos passados. Critica

as projeções dizendo serem falsas. Questiona o argumento do apagão e da escassez de energia, o qual defende que serve para legitimar a necessidade de construção de novas usinas e o aumento da tarifa. Comentou que inclusive a nova medida de baixar o preço das tarifas em 16% para as residências e em 30% para as indústrias, mostra que querem colocar o indivíduo como o grande consumidor. Expõe dados da COPEL que citam o setor eletro intensivo como o responsável pelo grande consumo, sendo que apenas uma indústria deste setor consome o equivalente ao consumo de 200 mil residências. Diante do cenário apresentado defende a não construção de mais usinas. Conforme dados do EIA, Robson coloca que dos 200 empregos que seriam gerados quando da construção, 70% seriam mão de obra local, o que dariam 140 empregos. Como envolvem três municípios, seriam de 45 a 50 empregos para cada município, o que é uma porcentagem muito baixa e, em se comparando com a quantidade de lotes do assentamento atingidos por cabeça/família, a conta dos empregos torna-se deficitária. Afirma não ser garantia que as famílias atingidas ficarão no lugar, pois no EIA não consta se há terras para se comprar como é a proposta apresentada. Quanto aos licenciamentos ambientais de usinas hidrelétricas, diz que estes estão ocorrendo de forma suspeita. Cita as licenças de dois casos bastante emblemáticos e relata erros quanto às licenças de usinas no Rio Madeira, na Região Amazônica e na Bacia do Rio Uruguai. No primeiro caso, em uma das usinas o órgão ambiental concedeu a licença e a empresa responsável resolveu por conta própria modificar o eixo da barragem em 8 km. No outro caso, na Bacia do Rio Uruguai, o licenciamento ambiental e o próprio EIA/RIMA não previam que seriam inundadas 5 (cinco) mil ha de Mata Atlântica nativa, e destes, 2 (dois) mil ha eram de araucária. Critica o sistema e a política de licenciamento. Cita usinas do Rio Chopim, que tem Licença Prévia onde consta que a empresa já deveria ter feito o apontamento das áreas para reassentamento e indicado a política de indenização, mas estes ainda não foram cumpridos e diz que o IAP aceitará tranquilamente quando e da forma que o empreendedor apresentar. Vê tudo como um arranjo institucional, no qual os órgãos estão estruturados para facilitar as construções das usinas. Finaliza consultando, e no caso de não existir, solicitando explicações quanto às questões relacionadas às 05 (cinco) associações e 01 (uma) cooperativa presentes no assentamento. Quer saber como está prevista a continuidade e a viabilidade destes grupos, pois são instrumentos que facilitam a compra e venda coletiva dos produtores. Solicita as medidas de compensação para este fato. **Sr. Sérgio Misael – Multifase –** Comenta a questão levantada pelo Sr. Robson quanto aos lotes do Assentamento e diz que, em várias reuniões com o INCRA, estão estudando a melhor forma de fazer o reassentamento. Indica que tudo está sendo bem avaliado, terras, benfeitorias, explicou sobre os critérios que estão estudando. Deu exemplo de 03 (três) lotes em curvas, colocando que se a área de APP de 100 metros inviabilizar dois há a ideia de se juntar o que ficou e se criar ali um único lote, assim apenas dois assestados seriam realocados, e próximos ao assentamento. Sérgio afirma que na sequência tudo vai ser conversado e acordado com os interessados, que nada será decidido somente por um lado, sozinho, serão sempre ouvidos o INCRA, produtor e comissão dos assentados. **Sr. Ênio José Loesch – ETS** explica que as tratativas com o Assentamento Nossa Srª Apª estão sendo feitas através da Multifase e com o INCRA, citou reunião no assentamento no ano passado, quando foi lhe dito que se preocupavam em perder o vínculo com a vizinhança e com o local e ainda com a questão associativa que existe ali dentro do Assentamento. Esta preocupação foi levada para a Multifase, a qual teve a ideia de se aproveitar os remanescentes de um ou dois lotes, e ali mesmo re-assentar uma família e aquela que tiver que sair, seria transferida com tempo

hábil, respeitando-se o período de transição necessária e correta para que não se percam os vínculos e nem as produções agrícolas, obedecendo critérios legais e de responsabilidade quanto à implantação de novas áreas agrícolas. **Sr. Sérgio Misael** deixa registrado o desejo de se variar nos tamanhos das APPs, com o intuito de, na região do INCRA se fazer uma APP menor, que seria compensada em outras áreas em APPs maiores, desta forma o impacto para os produtores seria menor. **Sr. Ênio** diz que já tem sua linha mestra de ação definida e que existe sim a possibilidade de fazer desta forma, sugerida pelo Sérgio Misael, porém necessita que a medida da mata ciliar seja definida pelo IAP. **Sr. Ademar Cabeças – IAP –** Pede ao MAB na pessoa do Sr. Robson que faça sua solicitação por escrito e que a encaminhe, sendo assim a entidade não correrá o risco de ficar sem suas respostas. **Dr. Robertson F. Azevedo –** Considera que a exigência em relação aos 100 metros de área de APP para reservatório não faz parte do código florestal que foi alterado, permanece a regra, nada mudou, sendo assim não é possível uma área de APP com valor mínimo de 30 metros. O Ministério Público entende que os reservatórios influenciam inclusive no micro clima local, além da área de cobertura afetada. Esclarece que a APP de reservatório continua de 100 metros, e ainda que acredita que este licenciamento não sairá, principalmente por conta de toda manifestação da população que não quer a PCH. Diz que, com APP de 100 metros, o prejuízo será maior e que o empreendedor tem que arcar com estes custos, relacionando setores de bens e serviços os quais serão afetados economicamente com a implantação da PCH. Pede que seja avaliado por complementação os custos econômicos emocionais causados aos assentados, por danos à sua vida, relatando suas histórias de vida em barracas em beiras de estrada sofrendo até conseguirem um pedaço de terra, onde eles hoje vivem e se dedicam. **Sr. Pedro Dias** diz ao Sr. Robson que encaminhará de forma escrita e em mapas as 03 formas de APPs estudadas (30, 52,9 e 100 metros) e a área afetada nos lotes do assentamento, com os números dos lotes e quais são com todas as informações solicitadas. **Sr. Ademar – IAP –** Informa que as respostas não ficarão apenas restritas àqueles que as solicitaram, mas que ficarão no corpo do Processo, para que os interessados tenham o conhecimento das respostas. **Srª Marilza Aparecida Dias Ferreira – ONG ADEMA – Umuarama –** Reclama do som da Audiência, e repassa panfleto desenvolvido pelo grupo de estudos de mamíferos da UEM sobre morcegos. Coloca-se na missão de entregar ofício ao Presidente do IAP – Sr. Luís Tarcísio M. Filho sobre a fauna. Lê o ofício o qual fala de perdas de áreas florestadas, principalmente no Cerrado e Mata Atlântica que se encontram em situação crítica, e que alguns remanescentes ainda abrigam ilhas de biodiversidade, ainda expõe dados de espécies ameaçadas de extinção e outros dados técnicos. Ainda na leitura do ofício, cita a página 326 do volume 1 do EIA a qual dispõem sobre as indefinições entre IAP e IBAMA quanto a autorização para levantamento da ictiofauna na época do EIA Em decorrência da não autorização foram feitos registros indiretos e diretos, e a partir da autorização, os estudos serão conduzidos de forma a se confirmar ou acrescentar espécies aos estudo anterior. Ao final do ofício consta a solicitação para realização de estudos complementares da fauna, num prazo de 01 (Um) ano, devido a sazonalidade. O ofício, assinado pelo Professor Dr. Henrique Hortêncio Filho Coordenador do Grupo de Estudos em Mamíferos e Educação Ambiental da UEM – Campus Goioerê, é entregue aos cuidados de Ademar Cabeças – IAP. Continua comentando que, apesar de estar acompanhando há tempos esta discussão, quer ainda chamar atenção dos companheiros para que leiam o EIA, diz ter lido o EIA com muito interesse. Embora não tenha propriedade na beira no rio, se sente profundamente afetada pela ousadia que alguém tem em propor a destruição do Rio Goioerê.

Diz que as futuras gerações não conhecerão nenhum rio livre. Como professora diz estar sempre na luta e propõe que se forme um grupo para lerem melhor o EIA/RIMA, o qual diz estar longe deles. No entendimento dela, considera que no próprio EIA/RIMA encontram-se todos os elementos para não se deixar construir a PCH. Apresenta alguns dados retirados do EIA/ RIMA sobre prejuízos ao patrimônio arqueológico. Fala sobre o livro chamado "Água", comentando sobre o assoreamento a qual todas as barragens estão sujeitas. Continuando sobre o EIA, comenta sobre a supressão da vegetação e a destruição além da vegetação, das espécies existentes ali, fala sobre o stress para os animais durante a construção e os ruídos causados pela obra. Pergunta ao IAP se este vai ser incoerente em se permitir o licenciamento próximo a área declarada como prioritária para conservação? Complementa que o IAP é formado por pessoas, por seres humanos, onde está a alma deste povo? **Sr. Pedro Dias –** Confirma os impactos citados pela Professora e retirados do EIA, dizendo que não há mentiras, que os técnicos são sinceros e ao declararem os impactos no EIA assumem estes impactos. Fala sobre a Resolução nº 001/86 a qual primeiramente indicava que os estudiosos do EIA deveriam ser independentes do Empreendedor, sendo isto fundamental para garantir a lisura do processo. Infelizmente esta resolução foi modificada, permitindo que o empreendedor fizesse o EIA, mas este não é o caso do EIA da Multifase, empresa que contratou uma consultoria independente do empreendedor para dizer a verdade sobre o que o empreendimento traz de impactos. **Srª Rosineide Tirado – Fundação Terra – Moradora do Assentamento –** Apoia as palavras da Professora Marilza e ressalta o grupo do Assentamento Nossa Srª Apª que é um grupo de famílias com áreas pequenas sendo que algumas áreas são afetadas diretamente. Indica que a posição das lideranças dos assentados quanto à construção da PCH é a de ser contra. Fala da importância das Audiências Públicas e sobre a disponibilização dos estudos, os quais nem todos tem acesso, pois, por ser extenso e devido à simplicidade das pessoas, não é possível que entendam o que está escrito ali. Desta forma, ela entende que é importante a participação da população para que no momento das Audiências possam entender melhor o projeto e tirar suas conclusões se é viável ou não a PCH. Diz que é uma das 25 (vinte e cinco) atingidas e sente por estar ali apenas uma meia dúzia de assentados. Comenta que legalmente são 25 famílias afetadas, mas afirma que na realidade são mais famílias, pois há filhos que estão casados e moram ali junto. Comenta que dentro do Assentamento existem mais de 2 (duas) mil pessoas aglomeradas. Fala que não houve ônibus para buscar toda esta aglomeração, diz que pessoas ficaram esperando o ônibus, perguntou o que aconteceu? Comenta sobre o PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento, elaborado quando da formação do Assentamento. Neste plano também é feito todo um estudo de impacto. Quer saber quais são os estudos da empresa em comparação às regras as quais o Assentamento é submetido sobre distanciamentos do leito do rio entre outros e ainda sobre a Reserva Legal. Diz que está disponível o PDA para tomarem conhecimento e complementa ainda falando sobre as regras das casas serem construídas a 300 metros do rio e de mata ciliar devido à segurança quanto à leishmaniose. Complementa dizendo que uma equipe do Estado faz todo o monitoramento mensalmente. **Sr. Pedro Dias –** Explica sobre o estudo de vetores feito pela Joseli Araújo, que trabalha na Secretaria de Saúde do Estado há mais de 25 anos, deixando bem claro todos os estudos e medidas necessárias e inclusive as incidências de vetores nos três municípios. Diz que no estudo está bem claro todas as questões relacionadas à doença. Explica sobre o ônibus diz que este foi mesmo contratado para trazer os assentados até à Audiência, mas que o primeiro ônibus quebrou e o segundo quando

chegou ao assentamento não encontrou ninguém, pois as pessoas que queriam ir a Audiência já haviam se mobilizado para virem de carro. **Sr. Ademar –** Diz que deixará isto comocomplementação e que na próxima Audiência será solicitado que todos estejam presentes **Sr. Eduardo Lucacim do Sindicato Rural –** Diz representar Mariluz como Sindicato Rural, como veterinário e como morador nascido ali. Fala do objetivo da Audiência que é a clareza do projeto e cita o tamanho do EIA e a dificuldade de compreensão e ressalta que este tempo foi pouco para a população entender os Estudos. Comenta sobre a presença da RPPN na região de Moreira Sales, a qual não foi estudada por não pertencer à bacia hidrográfica do Rio Goioerê, mas a qual deságua a menos de 1000 metros da área prioritária na foz do Rio Goioerê. Contrapõe isto ao fato de ter sido indicado pelo empreendedor como uma vantagem para o projeto a proximidade da linha da COPEL, a 1000 metros da PCH. Sendo assim, solicita que o estudo da RPPN seja incluído no EIA, falando sobre a transição das espécies. Fala sobre a área alagada em todo o Estado do Paraná não corresponder a mais que 1,3 % de toda a área do Paraná. Assim vê que a área desta usina tem uma área ínfima diante dos fatos apresentados em comparação a todas as outras usinas. Comenta sobre o estudo de fauna, na página 231, sobre as aves, coloca-se que na região foram encontradas 85 espécies de 34 famílias de aves e isto corresponde a 13% de toda espécie do Paraná, o que quer dizer que este valor numa área muito pequena é um valor muito significativo. Ressalta que o estudo dos peixes, devido a uma divergência entre os órgãos públicos em questões burocráticas, foi feito apenas em setembro, assim não consta no EIA, desta forma não vê como se avaliar tecnicamente esta questão. Coloca alguns problemas técnicos, como levantamentos em museus e poucos, realizados *in loco*. Na página 235 do volume 01 diz que um dos estudos da fauna foi consultado via *on line* no Museu do Capão da Imbuia, em Curitiba. Fala sobre o número de assentados citado pelo Sr. Robson (mais de 6.500 assentados) comentando sobre estas famílias buscarem alternativas para se produzir energia e transferir este lucro para quem reside na região, por exemplo através de biogás. Assim, existem alternativas para produção de energia respeitando o meio ambiente. Conta sobre sua experiência de vida em curso sobre gado leiteiro realizado no assentamento. Comenta sobre o fato ocorrido com o ônibus. Pergunta sobre o tempo de utilização desta usina até seu assoreamento e tempo de concessão? **Sr. Sérgio Misael –** Responde que o período de concessão é de 30 anos (a partir de 2008), renovável por igual período, ou a ser discutido no setor elétrico. Os estudos de engenharia concluem que a vida útil do reservatório será de 193 anos, calculado através de estudo consagrado nas melhores técnicas internacionais. **Sr. Pedro Dias –** Fala sobre os estudos não interventivos de fauna, explicando que é isto que consta no Termo de Referência do IAP como necessário ao estudo, com exceção da ictiofauna. Comenta sobre o Museu de História Natural do Capão da Imbuia estar em Curitiba, porém ele é o antigo museu de história natural do Paraná, portanto possui todo o acervo do Estado do Paraná. Diz que é um acervo bastante rico contemplando o histórico de toda fauna do Paraná. Reforça que, após a autorização para coleta da icitofauna foi feita campanha interventiva a qual apenas confirmou os dados secundários antes apresentados, assim apenas enriquece e reforça o que já foi feito. **Dr. Vinícius Abilhoa – Biólogo responsável pelos estudos da ictiofauna –** Esclarece que quando um técnico vai fazer um levantamento de fauna, a primeira ação realizada é um levantamento de dados secundários, comenta que os museus têm bons acervos disponíveis *on line* e que isto foi um ganho para a biodiversidade brasileira. Diz que as 85 espécies citadas de aves foram registradas em campo, a região tem mais de 250 espécies, sendo uma

biodiversidade bastante significativa. Continua falando sobre a pesquisa bibliográfica e em museu, colocando que a consulta é feita *on line* de forma primária, o técnico vai olhar o material após consulta para identificar se ele está correto, fazendo o que é chamado de confronto. Relata que o museu (do Capão da Imbuia) tem dados desde 1930, assim este tipo de consulta não denigri o estudo, sendo muito importante, pois estes museus são "bibliotecas do conhecimento da biodiversidade".(*importante registrar , se possível ,que com os programas previstos ,a icitiofauna,os peixes que vivem no rio Goioerê,apesar da construção da PCH ,continuaram a sua vida normalmente, pois o Salto já é uma barreira natural, impedindo a subida de espécies migratórias ,nesta regiãol!!) **Eduardo Sebastiani – Estudante de Geografia da UEPG –** Sobre a geração de empregos, relembra fala do Robson do MAB, quando citou que os empregos serão poucos e temporários, fala sobre Mariluz ser carente de empregos e sobre os jovens da região terem que ir para outros locais para trabalhar, quer saber quantos empregos permanentes serão gerados? Afirmando que se esta usina não trará nenhum imposto, nenhum benefício, por que então construí-la? **Sr. Eron Maranho – responsável pelos estudos do meio socioeconômico do EIA –** Explica sobre os empregos diretos que serão no período de construção em torno de 02 (dois) anos, e fala sobre o efeito renda, pela qual, um emprego gera um novo emprego, porque o funcionário, quando recebe, gasta da cidade gerando renda ou frentes de trabalho. Ainda sobre as frentes que se abrem com os programas ambientais, aproximadamente por mais uns 10 (dez) anos durante a operação do empreendimento, que acabam repercutindo de forma significativa.(incluir mais dados se possível) **Sr. Pedro Dias** – Confirma fala do Sr. Eron e complementa colocando o número de empregos gerados com o programa ambiental de reconstituição de mata ciliar, em torno de 50 empregos (operários rurais), mas que dependem da largura da área a ser reconstituída, esta estimativa se refere à APP de 100 metros. Além dos demais monitoramentos ambientais, para os quais se propõem contratação de técnicos da região. Com relação à operação da PCH, os empregos ficam em 3 (três) a 5 (cinco) pessoas mais um segurança. Para os programas ambientais, plantio de APP e demais monitoramentos a estimativa é de 100 empregos. **Sr. Ângelo Quintanilha – MST –** Explica que é morador do lote 109 do Assentamento, a mil metros do rio Goioerê, que não será atingido, mas está na linha de risco, por conta da mudança de temperatura e do espelho d'água. Lembra que quando vieram para Mariluz trouxeram mudanças na economia local, inclusive o município teve um aumento na arrecadação pelo fundo de participação. Desta forma, diz que Mariluz não pode correr o risco de perder esta arrecadação, hoje Mariluz arrecada mais de 200 mil mensais por conta do aumento de população proporcionado pelo Assentamento. Tem receio que algumas famílias precisem ir embora do local. Sabe que o INCRA já lhes deu uma terra e não lhes dará outras. Hoje nas proximidades do Assentamento 01 (um) alqueire de terra vale 1.000 (mil) sacos de soja, o que significa R$ 70 mil por alqueire. Reforça que a terra hoje está muito valorizada na região, sendo que por família o custo será bastante alto, sem considerar as benfeitorias. Comenta que não sabe se a empresa está disposta a pagar. Informa que são contra qualquer tipo de usina em qualquer rio, pois são a favor de águas para a vida e não para morte! **Sr. Sérgio Misael –** Reforça que o conceito que vem sendo estudado para o Assentamento tem sido mesmo o de troca de terra por terra, considerando também as benfeitorias e a relação de vizinhança. Com relação ao preço da terra indica que este é o ônus do empreendedor. **Sr. Oly Jandrei –** Diz estar envergonhado com a falta da presença do representante da casa governamental, e fala sobre o membro da mesa (Sérgio) estar conversando com o INCRA, mas que a conquista das

terras através da luta foi deles e não do INCRA. Pede ao INCRA que atenda aos interesses dos produtores e não de empreendedor, pois o empreendimento não vai trazer lucro nenhum para o município de Mariluz. Informa que as PCHs não pagam royalties aos municípios, razão pela qual tem tanta PCH sendo construída. Pede um estudo detalhado do desnível do Rio Goioerê, e solicita atenção governamental para não deixar sair a PCH. Conclui dizendo que cada produtor agrícola, produz para cinco pessoas que moram na cidade. **Sr. Ademar** informa que foi anotada a solicitação de detalhamento do desnível do rio. **Tiago Abolis da Silva – Sitiante** – Questiona ao empreendedor o fato de que eles não querem a construção da PCH e porque deveriam aceitá-la? Diz que a visão do povo é a de que o empreendedor só quer dinheiro, questiona que o lucro na cidade será apenas por dois anos, e depois disso como ficam eles? Se diz filho de sitiante e expõe sofrimento danado para trabalhar, para depois um empresário chegar e tirá-los dali, e como fica a história deles? Comenta a história do Brasil, dizendo que sempre o que tem dinheiro consegue mais, que para o pequeno é raridade conseguir alguma coisa e quando consegue o empresário com dinheiro, vem e tira deles sua conquista e sua batalha. Pede uma resposta ao empreendedor. **Sérgio Misael –** Diz que entende a causa dele, mas que o Brasil precisa de energia. Explica que o empreendimento não irá afetar diretamente nenhuma casa e que tem um único caso mais delicado de negociação (assentamento). A postura da empresa é de manter as mesmas condições em que hoje eles se encontram, ou até melhor, e que a empresa vê a produção de energia limpa como um ganho para o Paraná e para o Brasil. **Sr. João Carlos do Prado – Vice Presidente da Câmara de Vereadores de Mariluz –** Explica que o ônibus contratado para trazer o pessoal do Assentamento infelizmente quebrou e inicia sua manifestação dizendo que o povo de Mariluz não quer comprar o produto que estão lhes ofertando. Pergunta por que a empresa não leva até eles a produção de energia eólica, dizendo que querem empreendimentos que não os façam perder terras boas do município. Questiona o fato de que, se estão desde 2002 fazendo estudos no Rio, porque só agora convocaram a sociedade para participar? Se esta parceria ou trabalho tivesse sido feito antes, hoje todos estariam mais familiarizados com o projeto. Questiona o fato de perderem ali sítio arqueológico, e da alteração que causará na fauna e na flora. Sobre os empregos, diz que para Mariluz 50 empregos não resolvem os problemas, precisam que o empreendedor, que é um grupo forte, leve a eles propostas concretas e de geração de empregos. Soube que o empreendedor já teve em vários países e que eles sabem fazer a coisa acontecer. O empreendedor deveria pensar em levar para eles algo que realmente gere emprego. Sobre Mariluz, diz que o município não possui terras que a empresa possa adquirir. Receia que moradores (do assentamento) se mudem de Mariluz, o que causaria um prejuízo, pois a perda de pessoas iria acarretar na volta do município ao índice de 0,6 do Governo Federal, o que reduziria a contribuição que recebem atualmente. Afirma sim que Mariluz precisa de investimento, que estão cansados de olhar no IPARDES e ver que 43% da população de Mariluz é pobre, sendo um dos municípios que mais recebem bolsa família, por falta de mão de obra qualificada. Indaga que, se os estudos foram iniciados em 2002, por que a empresa não criou um curso na região para gerar mão de obra qualificada. O vereador diz que buscou na Lei Orgânica, Cap. 8º – Art. 62 e o Cap. 9º - Art.168 uma maneira de, através da Lei, não bloquear o empreendimento em Mariluz, mas sim colocar regras. Não estão ali para dizer não a PCH, mas sim, para dizer sim a outros empreendimentos, pois sabem que o grupo Demeterco tem condições de investir em melhores coisas em Mariluz, que não estraguem o pouco de meio ambiente que o município tem. Diz-se preocupado com as gerações futuras,

pelas quais precisam ser responsáveis. Agradece toda a mobilização da sociedade, o Ministério Público – Dr. Robertson, ADEMA – Srª Marilza, o IAP, o Rotary e a Maçonaria, empreendedores, assentamento, alunos e professores e todos que participaram, dizendo que só vão construir um País justo, se for através da Democracia, que se acertarem, vão acertar juntos, do contrário errarão juntos. **Dr. Robertson F. Azevedo – Ministério Público** – Fala para o Ademar, o qual tem acompanhado em todas as Audiências e trabalhos, nas quais este vem representando o IAP, e assim sendo, várias discussões se realizaram. Fala da sua experiência e diz que de todas as Audiências que tem acompanhado, esta foi a de melhor discussão criando-se um bom entendimento do que interessa a cada um. Comenta que viu um crescimento desde a primeira Audiência, em Alto Piquiri. Reitera a posição do Ministério Público em relação a hidrelétricas no Estado. Quer encorajar o empreendedor, pedindo que seja levado ao empreendedor original a decisão do Ministério Público no sentido que há uma expressa manifestação do Município para se acolher investimentos desde que estes não comprometam os rios. Considera um grande avanço, diferente daqueles empreendimentos em que todos saem mal humorados para um lado e para o outro e o IAP fica no meio tendo que tomar uma decisão. Faz um requerimento ao IAP e aos empreendedores: como a Audiência Pública é uso da palavra, inclusive oral, ele entende que os pedidos precisam sim serem feitos por escritos. No entanto, pelo princípio da oralidade e do ato da Audiência Pública, solicita que todas as reivindicações e requerimentos de complementações que foram feitas e gravadas sejam respondidas. Pede critérios na solicitação porque senão ficam todos perdendo tempo com coisas não significativas, e solicita que cada uma das solicitações, sendo feita ou não pelo Ministério Público ou outro segmento, tenham suas respostas publicadas em meio eletrônico e físico e que sejam apresentadas ao público por meio de nova Audiência Pública, nos termos da Resolução Conama nº 237/97. **Sr. Sérgio Misael – Multifase –** Diz que a empresa está sempre aberta a projetos de energia renovável,como as PCHs e também indo atrás de projetos solares e eólicos, diz que estudarão o caso e, se possível participarão de eventos voltados para este tipo de geração de energia renovável, citando evento que acontecerá em 31 de Outubro no CREA-PR, a respeito de enrgia solar agradece e despede-se. **Sr. Pedro Dias –** Elogiou os eventos por serem democráticos. Diz que todos cresceram muito com as discussões, inclusive sabe que sua equipe sai com uma visão diferente desde a primeira Audiência em Alto Piquiri, uma visão de compromisso de discussão, de parceria com a comunidade para poder explicar melhor para a comunidade. Agradece a Mariluz o recebimento de toda a equipe técnica responsável pelos estudos e despede-se. **Sr. Ademar – IAP –** Faz sua fala de encerramento dizendo que muito se avançou nos três dias de discussão, nos quais se viu um crescimento e um ganho ambiental, agradece a todos e dá por encerrada a Audiência às 00h48min do dia 19 de outubro de 2012.